

## A COMPLEXIDADE PRODUTIVA NAS ESTÂNCIAS DA CAMPANHA DO RIO GRANDE DO SUL

Bruno Gato da Silva<sup>1</sup>, Jaqueline Ferreira Pes<sup>2</sup>, Saul Eduardo Seiguer Milder<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo a seguir é referente a análise dos artefatos metálicos provenientes das escavações arqueológicas realizadas no Sítio Estância Velha do Jarau, localizado no município de Quaraí, fronteira com o Uruguai. O estudo destes materiais trouxe informações que contribuem para o campo arqueológico e também historiográfico.

**Palavras-Chave:** Arqueologia Histórica, Estância, Historiografia

**Abstract:** The following article is related to analysis of metallic artifacts from the archaeological excavations conducted on the Site Estancia Velha do Jarau, located in the municipality of Quaraí, frontier with Uruguay. The study of these materials brought information that contribute to the archaeological field and also historiographical.

**Key-words:** Historical Archeology, Ranch, Historiography.

Este trabalho faz uma abordagem das diversas atividades econômicas presentes numa estância da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tomando por base a análise dos artefatos metálicos escavados nas variadas intervenções arqueológicas realizadas no Sítio Estância Velha do Jarau. Utilizando assim da arqueologia e de dados historiográficos renovados, para questionar as antigas definições a respeito do modelo estancieiro estabelecidas pela historiografia tradicional.

No continente americano o estudo da arqueológica é tradicionalmente dividido em pré-histórico e histórico, tomando por base de diferenciação a presença ou não de escrita como fator determinante. Sendo assim os povos nativos acabam por serem classificados como pré-históricos, e os europeus acabam desta maneira sendo considerados como históricos.

Esta divisão além de refletir uma visão extremamente tradicional de história, mostra-se atrelada a uma concepção eurocêntrica fortemente preconceituosa, pois subjugou os grupos nativos a ponto de considerá-los como sem história, apenas por não possuírem escrita. Evidentemente esta divisão não leva em conta que os grupos indígenas possuem sim história, e que esta é passada de forma oral de geração em geração.

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria/RS; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Prof. ° Dr. do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria/RS e Arqueólogo coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.

Além disso, o próprio termo “Arqueologia Histórica” a meu ver acaba por refletir uma secundarização da arqueologia como ciência auxiliar da história. Como se todo o conhecimento arqueológico devesse ser enquadrado em um período cronológico, como faziam os arqueólogos seguidores da abordagem histórico-cultural. Onde de acordo com Orser:

Tal vez la más larga tradición en la arqueología de América sea el análisis de los restos materiales como fuentes de información histórica, o más precisamente cronológica, sobre el pasado. Este tipo de abordaje arqueológico fue llamado “histórico-cultural” por Gordon Willey y Philip Philips (2000, p. 49-51).<sup>4</sup>

Devido a estes fatores, prefiro não utilizar o termo arqueologia histórica nesta produção, devido a seu caráter eurocêntrico e histórico cultural.

Existe uma historiografia tradicional que aborda a propriedade estancieira da fronteira oeste do Rio Grande do Sul como sendo um núcleo de pecuária extensiva por excelência. Esta visão permaneceu por muito tempo intocada, porém uma série de estudos e trabalhos vem sendo realizados desde as últimas décadas do século XX, tentando desmitificar esta e outras visões a respeito da propriedade estancieira, como por exemplo, os de Cardoso e Osório. Essas novas abordagens mencionam a presença da agricultura juntamente com outras atividades econômicas, em estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, além da presença marcante de escravos na produção juntamente com mão de obra assalariada. Segundo Osório:

...o fato de que mais da metade das “estâncias” (definida por nós como unidade produtiva com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e a agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura, mas também pecuária e finalmente, que grande parte dos “lavradores” eram também, pastores criadores de pequenos rebanhos de gado (OSÓRIO, 2005, p. 2).

O termo estância, de origem espanhola, é utilizado apenas no sul da América Latina, servindo para denominar aquelas propriedades onde se desenvolvia a pecuária, diferentemente do termo *Hacienda*, largamente utilizado no restante da América espanhola que remete a áreas tanto de criação como de lavoura. Já em de terras de domínio português o termo utilizado era fazenda, que designa aquelas propriedades onde se praticava agricultura e a pecuária. Porém no momento da apropriação das terras abaixo de Laguna pelos lusos foi se

---

<sup>4</sup> Talvez a maior tradição na arqueologia americana seja a análise dos restos materiais como fonte de informação histórica, ou mais precisamente cronológica, sobre o passado. Este tipo de abordagem arqueológica foi chamada histórico-cultural por Gordon Willey e Philips.

popularizando a utilização do termo estância, devido à influência castelhana já presente na região para denominar as terras de criação de gado bovino. Segundo Osório (2008, p.103) “os portugueses que foram ocupando os territórios abaixo de laguna, rapidamente incorporaram o vocábulo espanhol com esse significado”.

Mesmo havendo a apropriação deste termo, por longo tempo muitos dos proprietários portugueses que foram se assentando continuaram com a estrutura produtiva característica de uma fazenda, dedicando-se assim a variadas atividades econômicas como as criações de gado bovino, cavalar, ovino e muar, conjuntamente com a agricultura. Somente a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX o termo estância começa a tornar-se denominação exclusiva para a propriedade de criação extensiva de gado bovino. Provavelmente este processo esteja associado aos conflitos de independência no Prata, que acabaram por desorganizar a estrutura produtiva e comercial da região. Também podemos associar esse fator a questão do desenvolvimento da identidade regional no Rio Grande do Sul e nos países do Prata, pois ao longo da segunda metade do século XIX, exaltou-se a figura do gaúcho ou *gaucho*, que a partir do cerceamento dos campos teria supostamente passado de uma vida quase nômade, a de peão de estância, idealizando-se assim as relações sociais entre peão e patrão.

É através dos estudos arqueológicos no Sítio Estância Velha do Jarau, que está localizado próximo ao município de Quaraí (Figura 1), divisa com a cidade uruguaia de Artigas, que foi possível fazer uma análise das atividades desenvolvidas na estância. Pois a materialidade resgatada, nos permite uma análise do cotidiano do local diferente daquela das fontes escritas, servindo assim como um outro ponto de vista para questionar afirmações anteriormente elaboradas, e produzir novos debates a respeito dos mais variados contextos. Pois a cultura material possibilita reconstituir uma esfera mais ampla a respeito do modo de vida e o cotidiano de determinado grupo atingindo o patamar das variadas relações humanas.

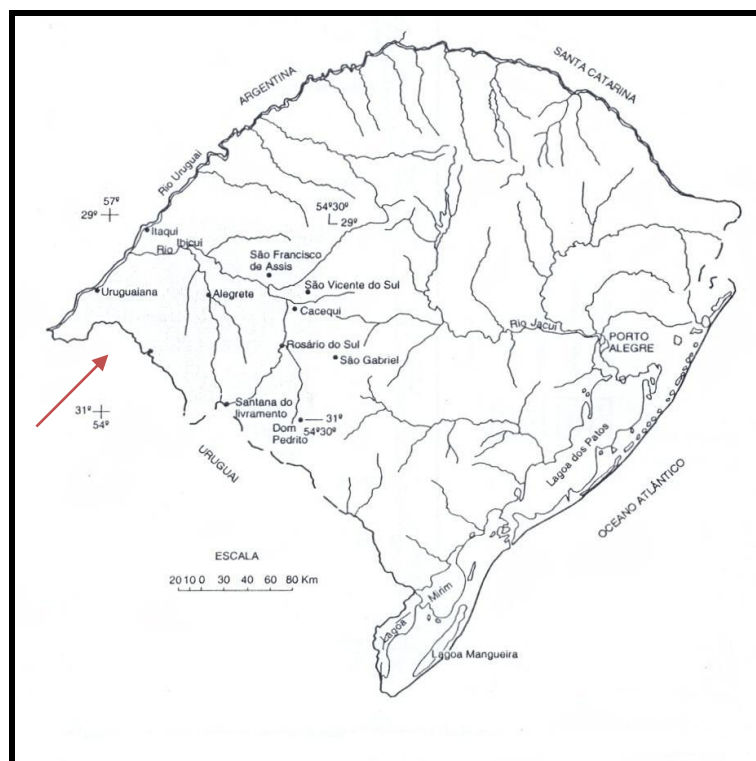


Figura 1: Localização do município de Quarai.  
Retirada de Suertegaray (1998).

A Estância Velha do Jarau é uma propriedade bastante conhecida na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por ter pertencido a Bento Manoel Ribeiro, e ser palco da lenda da “Salamanca do Jarau”. Popularizada pelo escritor Simões Lopes Neto no livro *Contos Gauchescos* e que ainda nos dias de hoje povoa o imaginário da população local, dando um caráter místico a região.

A estância teve suas primeiras estruturas construídas por volta de 1817, e sua decadência na primeira década do século XX, onde devido a um incêndio e a construção de uma estrada próxima ao local foi abandonada. Ao longo do seu tempo de funcionamento pertenceu basicamente a três proprietários, Maneco dos Santos Pedroso, Bento Manuel e Olivério Pereira respectivamente. Ambos foram reconhecidos chefes militares que utilizavam de suas propriedades como verdadeiras fortificações, inseridas em um contexto de limites incertos e trocas culturais.

Devido ao seu posicionamento estratégico na região de fronteira com o Uruguai, serviu como ponto demarcador dos limites, pois se localizava na base do Cerro do Jarau, que proporcionava uma ampla e privilegiada visão da região fronteiriça, podendo-se facilmente perceber o deslocamento de tropas inimigas, servindo como “mangrullo”<sup>5</sup> natural. De acordo

<sup>5</sup> Nome dado antigamente para torres construídas de troncos, utilizados em fortificações como posto de vigia.

com Thomasi “...a escolha de instalar-se aos pés do Cerro do Jarau (Figura 2), não foi aleatória, a segurança e os recursos naturais que o espaço proporciona foram preponderantes para a escolha” (2008. p.31). E também por ser uma propriedade de grande porte e diversas atividades serem realizadas em seu interior, acabava por possuir grande contingente de trabalhadores livres e escravos, que serviam como linha de frente para repelir as investidas “castelhanas”.



Figura 2: Vista do topo do Cerro do Jarau. Acervo LEPA-UFSM

Esta Estância sempre serviu como exemplo do modelo tradicional de representação, pois possuía grandes rebanhos de gado bovino e cavalares, como relata Pont: “diziam que nela cabiam mil cavalos de uma só vez” (1983, p.175), possuindo também um forte caráter militarista.

Contudo através da arqueologia, pode-se por meio da materialidade resgatada no local, contestar certos preceitos “consagrados” pela historiografia tradicional a respeito das estâncias. Com o intuito de questionar e refletir entorno de fatos tidos como “verdadeiros”, é que o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realiza intervenções arqueológicas em algumas estâncias do município desde 1997, através do Projeto Salamanca.

No caso particular da Estância Velha do Jarau, os objetos escavados puderam revelar uma diversidade de atividades produtivas realizadas no período de seu efetivo funcionamento, como criação de gado bovino, cavalares, ovino, suínos, e agricultura. Ao longo das diversas escavações realizadas no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau, foram evidenciados diversos artefatos, que revelam características específicas sobre aquele cotidiano fronteiriço.

Dentre os materiais encontrados estão, ossos (vestígios alimentares), vidros, louças, metais, e inclusive material lítico, indicando uma ocupação indígena na área, anterior a ocupação colonial.

Foram analisados para esta produção especificamente os resquícios metálicos, este material possui suas particularidades devido ao fato de necessitar um processo de limpeza e acondicionamento diferenciado de outros materiais. Pois este passa por muitas ações degradativas, como a umidade, a acidez do solo, e posteriormente, quando escavado, a oxidação.

Ao ser analisada, a tralha metálica<sup>6</sup>, certos aspectos saltam aos olhos, como por exemplo, a grande quantidade de estribos, esporas e ferraduras dos mais variados modelos, confirmando as atividades referentes à criação de gado *vacum* e cavalos.

A presença de ferradura para mula demonstra que a criação de muares fez-se presente na economia desta estância, mesmo tendo perdido significativa relevância pós 1780, período de auge destas tropas. No sul, a criação de mulas começou a enfraquecer, devido ao aumento das criações próximas a Minas Gerais (principal centro consumidor) e ao crescimento das charqueadas, que conseqüentemente impulsionaram ainda mais o consumo de gado *vacum*, e a desvalorização dos muares.

Além dos materiais acima, foram encontrados fragmentos de tesoura de “esquila” (Figura 3) nos levam a admitir a criação de ovinos no local. Essa atividade foi considerada por Osório como uma atividade complementar para os grandes e médios criadores, sendo raro entre os pequenos proprietários.



Figura 3: Fragmento de tesoura de esquila. Acervo LEPA-UFSM

Mas dentre as ferramentas escavadas no sítio também foram encontrados diversos pedaços dos mais variados modelos de arado-de-boi e foices (Figura 4), que demonstram que

---

<sup>6</sup> Segundo Gomes, Cezar e Milder, “a designação “trilhas” na abordagem sobre os metais refere-se a objetos que não possuem mais um valor utilitário, mas quando recuperados em escavações retornam a sociedade como documento arqueológico” (CEZAR, MILDER, GOMES, 1997, p.14).

esta estância estava inserida num contexto produtivo e comercial muito mais amplo.

Conforme Osório:

Os bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são indicativos da prática de agricultura e estavam presentes em 87% das estâncias. Mais da metade delas possuía carros ou carretas, necessários ao transporte da produção. Foices de trigo e arados, instrumentos pouco comuns em outras regiões da América portuguesa, existiam em aproximadamente um terço das unidades produtivas (2007. p. 162).



Foto 4. Fragmentos de arado e foice. LEPA-UFSM

Não se identificou artefatos referentes a presença de suínos no local, confirmando sua escassa produção na região, pois esta se popularizou na região de colonização alemã.

Deste modo, assim como Osório relata em seus trabalhos a diversidade produtiva nas estâncias, a Estância Velha do Jarau, mostrou por intermédio da materialidade escavada possuir uma produção bastante complexa. Supera-se desta forma as abordagens da historiografia tradicional a respeito da produção nas estâncias rio-grandenses, pois a Estância do Jarau mostra, através da materialidade, características multi-produtivas herdadas das estâncias dos séculos anteriores.

Além disso, as estâncias que possuíam várias atividades econômicas não precisavam recorrer tão frequentemente ao mercado para suprir suas demandas internas, sendo assim menos dependentes do que as com produção exclusivamente pecuária. Nem sempre da criação de gado *vacum* foi predominante nestas propriedades, seu aumento é decorrente da decadência da criação de outros animais, que tiveram significativo papel econômico no passado. Um exemplo disso foi a queda da criação de muares no Rio Grande do Sul que está associada a um aumento da criação destes animais em outras regiões mais próximas de Minas gerais, como em São Paulo, mais próxima do principal centro consumidor.

Desta maneira as pesquisas arqueológicas trazem novos questionamentos, ajudando desta forma com a renovação historiográfica, quebrando assim com antigas proposições tradicionais.

## Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do RS*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CEZAR, Ted Henrique da Silva; GOMES, Flamarion Freire da Fontoura; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Know-how para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos de metal da guarda de São Martinho. In: *Revista do CEPA*, V.21, n.25.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

OLÓRIO, Helen. *Fronteira escravidão e pecuária: O Rio Grande do Sul no período colonial*. Porto Alegre: PUCRS 2005.

OLÓRIO, Helen. *Império português no sul da América: estancieiros, lavradores, comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PONT, Raul. *Campos Realengos – A formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983

OLIVEN, Ruben George. Rio Grande do Sul: Um só estado várias culturas. In.: *Expressões da cultura gaúcha*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

THOMASI, Diele Ilha. *Metais da Estância Velha do Jarau-Quarai-RS: Uma análise do cotidiano de uma estância na Fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da arqueologia histórica*. Erechim: 2008.